

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



## **Direcção**

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa – Presidente

António Sarmiento Gomes Mota – Vice-Presidente

Manuel Maria Simões Nunes Agria – Vice-Presidente Executivo

Alexandre Cardoso Correia da Mota Pinto – Vogal

Álvaro José Barrigas do Nascimento – Vogal

Duarte Maria de Almeida e Vasconcelos Calheiros - Vogal

Pedro Canastra de Azevedo Maia – Vogal

## **Mesa da Assembleia Geral**

Daniel Proença de Carvalho – Presidente

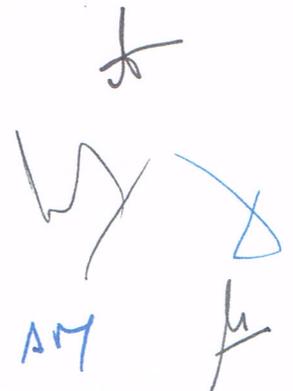
José Henrique Bastos C. Costa Pinto – Secretário

## **Conselho Fiscal**

Luís Augusto Gonçalves Magalhães – Presidente (ROC)

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro – Vice-Presidente

Paulo Fernando Pinheiro Bandeira – Vogal



## Conselho Geral

João Calvão da Silva (Presidente)

Alberto João Coraceiro de Castro

Alexandre Cardoso Martha de Lucena e Vale

Banco BIC Português, S.A.

Banco Comercial Português, S.A.

Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

CTT - Correios de Portugal, S.A.

EDP – Energias de Portugal, S.A.

EDP Renováveis, S.A.

Esmeralda da Silva Santos Dourado

Francisco Luís Murteira Nabó

Galp Energia, S.A.

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro

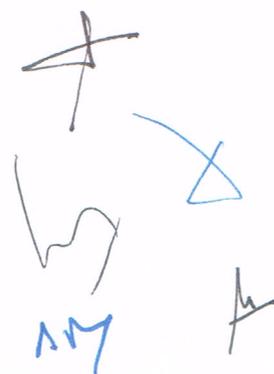
Maria Luísa Antas

NOS, SGPS, S.A.

Novabase, SGPS, S.A.

Nuno Ricardo Gaioso Jorge Ribeiro

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.



Senhores Associados

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a Direcção submete à apreciação de V. Ex.as o Relatório das Actividades realizadas pelo IPCG – Instituto Português de Corporate Governance no exercício de 2015, bem assim como as Contas relativas ao mesmo período.

## 1. Relatório das Actividades de 2015

Concluído o terceiro exercício do mandato que V. Ex.as conferiram a esta Direcção, cumpre-se, agora, o dever estatutário de dar conta da actividade desenvolvida ao longo do exercício de 2015, destacando os aspectos mais salientes nele ocorridos. E, como habitualmente, para que essa avaliação se possa fazer de modo mais fundamentado, a inventariação que se apresenta vai ter por matriz de referência o Programa de Actividades traçado para o ano em questão e a cuja realização esta Direcção se obrigou perante V. Ex.as. Nestes termos, as diversas acções empreendidas serão, na medida do possível, apresentadas seguindo idêntica sistematização à que consta do mencionado Programa e dos objectivos e metas ali enunciados, os quais, por memória, de seguida se transcrevem:

- O Código de Governo das Sociedades do IPCG;
- Normas e recomendações sobre o governo societário;
- O governo das sociedades: presente e futuro;
- O conhecimento sobre a realidade que é o governo das sociedades;
- A imagem do IPCG: mais e melhor serviço.

Uma nota apenas para sublinhar que algumas questões aqui referidas poderão respeitar, ou a iniciativas que já tiveram o seu arranque em exercícios anteriores e às quais foi agora dada continuidade, ou, então, a matérias que, não obstante estarem previstas ser desenvolvidas neste exercício, por razões de diversa índole, não chegaram a ter o tratamento projectado.

### 1.1. O Código de Governo das Sociedades do IPCG

Apenas por memória e para servir de introdução ao tema, vamos reproduzir um curto parágrafo do Programa de Actividades do IPCG para 2015: "Mas, não

seria realista admitir que este processo (aceitação por parte das empresas emitentes do Código do IPCG), que nos trouxe até aqui com enorme esforço, possa continuar neste rumo. Um momento terá que surgir algures no curto prazo em que a decisão final deve ser tomada e dela extraídas todas as consequências". Estávamos em meados de Novembro de 2014 quando estas linhas foram escritas e o sentimento, não custa reconhecê-lo, era, então, de alguma frustração pela forma como o processo estava a decorrer. Não obstante, também no mesmo espaço ficou registado que "Não é, para já, de abdicação o sentimento generalizado que se vive no Instituto".

Decorrido um pouco mais de um ano, podemos afirmar, sem correr o risco de errar, que se conseguiu inverter a tendência de algum pessimismo que se estava a instalar, conceber um novo quadro de referência para o desenvolvimento de outros modelos e, contando com a abertura já anteriormente manifestada pela entidade reguladora, desenhar uma solução que nos parece, agora, como a mais viável e segura para o cumprimento dos princípios e recomendações que regulamentam o governo societário. Foi um trabalho persistente aquele que foi realizado com a CMVM, procurando identificar todos os aspectos em que era manifestamente de convergência a posição das partes, mas, também, aqueles outros com que estas não se sentiam plenamente confortáveis e que seria necessário aproximar. E para quê? No essencial, para se procurar, no final, desenhar um código unificado em que as partes se revissem e que cumprisse a missão que está cometida a um documento com este alcance. A ninguém passou despercebido que os acontecimentos que rodearam o *corporate governance* no último ano, com destaque para os casos BES e PT, foram, em boa medida, responsáveis por uma acrescida preocupação por parte das autoridades e que se traduziu na decisão de introduzir no quadro legal vigente novas medidas regulatórias que, pelo menos em teoria, permitissem obviar à repetição de situações semelhantes aquelas ocorridas. E, nem os códigos de governo, que não têm necessariamente esta missão, escapariam à mudança. A pressão para que passassem a figurar nestes textos novas recomendações sobre matérias que cabia à lei normativizar era grande, a exigir um esforço acrescido para se encontrar um ponto de equilíbrio que aproximasse as partes. Foram longas reuniões e profícuas trocas de pontos de vista, muitos deles consubstanciados em documentos em que se fundamentavam as posições de cada uma. A crescer a isto, punha-se, também, a questão do fim do mandato do órgão de administração da CMVM, formalmente ocorrido em Setembro de 2015, e a urgência na obtenção de um desfecho que se tornava, assim, mais premente ainda.

O processo não está, no momento em que se escrevem estas linhas, concluído. Mas, não nos ficam reservas de que tal sucederá a curto prazo e com os resultados esperados. Os compromissos já assumidos apontam nesse sentido.

Um aspecto importante que justifica um sublinhado prende-se com o acompanhamento, monitorização e fiscalização do Código de Governo. Em paralelo com a tarefa de introduzir ajustamentos na redacção do texto respectivo, o IPCG tratou de desenhar um modelo que permitisse que aqueles procedimentos, absolutamente incontornáveis para a aceitação do documento, fossem cumpridos com segurança, o que passa, obviamente, também pela sua aceitação pela autoridade reguladora do mercado. Embora fundado no recurso a entidades exteriores ao Instituto, com quem serão celebrados protocolos de prestação dos serviços concomitantes, é seguro que tal exercício vai seguramente exigir uma adequação da estrutura do IPCG a estas novas responsabilidades.

## 1.2. Normas e recomendações sobre o governo societário

Embora convictos que o Código de Governo constitui para o IPCG um marco indelével da sua actividade, não fosse essa uma missão que em muito determinou a sua criação em 2013, é bom deixar claro que não se resumiu a este processo a actividade desenvolvida em 2015 no aprofundamento de outros normativos correlacionados com a temática do governo societário. É que, sendo basicamente destinado às empresas cotadas em mercado regulado, o Código de Governo não esgota aí o seu âmbito, sendo que é de todo em todo desejável que a cultura de um modelo de governo societário que privilegie a adopção de boas práticas na gestão corporativa deve ser difundida pela generalidade do tecido empresarial, seja público ou privado, com objectivos de obter lucros ou meramente fundacional, independentemente da dimensão dos seus agentes ou do sector de actividade em que operam. A complementaridade existente entre muitas destas entidades, presente num mundo crescentemente mais global, determina que as práticas de gestão e os comportamentos e modelos de governo sejam assimiláveis por todos os agentes sob pena da existência de descontinuidades no tecido empresarial possa promover disfunções e rupturas com prejuízos e ineficiências dificilmente quantificáveis. Nestes termos e no pressuposto de que o tronco deste projecto, que inquestionavelmente o Código de Governo das Sociedades representa, iria

ser, a maior ou menor curto prazo, uma realidade, o IPCG ocupou boa parte das suas capacidades ao aprofundamento e concretização daquilo que podemos associar aos ramos que, nascendo daquele tronco, conferem harmonia e robustez ao todo.

Com este propósito presente, podem destacar-se as seguintes tarefas:

- Na sequência da produção de um documento elencando princípios e recomendações aplicáveis às empresas e grupos empresariais familiares, e que, no futuro próximo, poderá assumir a forma de anexo ao futuro Código de Governo, entendeu-se justificável a sua divulgação pelas empresas emitentes com o objectivo de recolher opiniões e/ou sugestões que pudessem melhorar o seu conteúdo e, neste sentido, estabeleceu-se uma ponte de diálogo com a AEM, seu organismo representativo;
- O sector público empresarial continua a estar na objectiva do Instituto na perspectiva de poder vir a ter, igualmente, um Código que tenha em devida conta as suas especificidades; nestes termos e dando continuidade ao trabalho já desenvolvido em exercícios anteriores, foi apoiado pelo Instituto o lançamento do livro "Corporate Governance e Setor Empresarial Público", da autoria do nosso associado e coordenador do Grupo de Trabalho para esta área, Pedro Vicente, em que o seu autor ensaia a criação do subcódigo que lhe é aplicável; ainda neste âmbito, foi criado um outro grupo de trabalho, liderado pelo Prof. Manuel Porto, com o objectivo de avaliar toda esta problemática e estudar, dentre as já identificadas ou a construir, soluções passíveis de serem aceites pelo sector empresarial público;
- Com o reconhecimento de que o governo societário de sistemas de informação ganha crescente espaço e afirma a sua transversalidade na gestão corporativa, o IPCG incentivou o Grupo de Trabalho criado internamente para o efeito a produzir um documento que, conjuntamente com os dois referidos nos pontos anteriores, constituíssem pedras de toque no edifício regulamentar que se pretende construir; essa tarefa foi concluída com êxito e está hoje consubstanciada numa "Proposta de princípios e recomendações para o governo societário de Sistemas de Informação";
- Ainda com este propósito em vista, procedeu-se à dinamização do Grupo de Trabalho sobre a Responsabilidade Social Corporativa, sendo de destacar a produção de um *paper* para debate interno com o título "Corporate Governance, Liderança Ética e Responsabilidade Social", ponto de partida para uma avaliação fundamentada do acolhimento, no Código de Governo, de recomendações contemplando estes princípios;

- Finalmente, justifica-se uma referência ao reconhecimento, por parte de órgãos da Administração Pública, do papel que o IPCG desempenha no estudo e desenvolvimento de matérias conexas com o governo societário, consubstanciado no pedido de pareceres sobre projectos de diploma em fase de consulta pública; foi o caso, no exercício de 2015: do anteprojecto de diploma que transpôs para o direito interno a Directiva 2013/50/EU (Directiva Transparência), por iniciativa da CMVM; e a Proposta de Lei n.º 334/XII/4.º (GOV), que estabelece o Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, por solicitação da Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

### 1.3. O governo das sociedades: presente e futuro

Sem margem para grandes dúvidas quanto à origem dos problemas que afectaram, nos últimos tempos, alguns grupos económicos onde foram identificadas práticas inadequadas de governo societário, confirmaram-se as expectativas do IPCG de que 2015 iria ser um ano de intenso debate sobre questões relacionadas com o *corporate governance*. Se outros exemplos não fossem possíveis de identificar, bastaria o desenvolvimento do denominado processo BES, com destaque para o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, a merecer ampla divulgação mediática, para comprovar esta tese. Mas, como é sobejamente conhecido, outras situações vieram a lume, o que reforça a nossa convicção de que cresce o interesse pelo aprofundamento destas matérias. Também não se pode estranhar a procura, por parte de alguma comunicação social, de material sensacionalista com capacidade de atracção e isso verificou-se através do volume anormal de solicitações que nos chegaram para comentar os casos em apreço. É óbvio que o IPCG não se alheou, nem tal seria admissível, dos problemas existentes, mas entendeu, dando cumprimento a uma política já anteriormente traçada, tratar a matéria com a elevação que ela seguramente merecia, evitando o comentário simplista e a formulação de juízos precipitados sobre os factos ocorridos. Deste modo, julgamos ter dado o nosso contributo para não desconsiderar e não desvalorizar muito do trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos anos e boa parte do esforço que tem sido despendido na melhoria do clima global que envolve o *corporate governance* e de que se começam a vislumbrar os frutos.

Neste contexto, foram realizadas algumas acções em 2015, de que

destacamos:

- Celebração de um *Research Agreement* com o INSEAD com o objectivo de elaborar um *case-study* sobre o caso BES; nos termos do acordo, ao IPCG estavam cometidas diversas tarefas relativas ao desenho e montagem da operação, sendo de destacar: a preparação e organização do trabalho de campo de recolha de informação relevante que decorreu entre 30 de Junho e 2 de Julho e envolveu entrevistas com dezasseis individualidades com ligações ao processo; e a organização, em 11 de Novembro, de um Workshop para apresentação e discussão de um primeiro *draft* do caso; este, com o título ainda provisório "The downfall of Banco Espírito Santo: End of Old Portugal, Beginning of New Europe?", deverá conhecer a sua versão final, introduzidas as alterações ao texto base que resultaram do amplo debate havido, no primeiro trimestre do corrente ano;
- Parceria estabelecida com a NOVA SBE para a elaboração de dois *case-studies*, um sobre a PT e outro sobre o BES, com origem em teses de mestrado de alunos daquela escola de negócios; de referir que esta iniciativa pretende assumir carácter de continuidade e alargar o seu âmbito a outras matérias que tenham interacção com o *corporate governance*;
- Na convicção da existência de uma forte correlação entre boas práticas do governo societário e reputação, celebração pelo IPCG de uma parceria com a OnStrategy com o objectivo de avaliar as repercussões dos recentes acontecimentos ocorridos em Portugal na reputação das entidades nelas visadas, no caso vertente a banca, e que culminou com a realização de um seminário subordinado o tema "*Corporate Governance: O Impacto na Reputação e no Valor da banca*", que teve lugar a 8 de Maio;
- Em coerência com o reconhecimento do mérito da responsabilidade social corporativa como um dos pilares do *corporate governance*, participação do IPCG como orador na conferência sobre "Ética nas Organizações" organizada pela APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial como sessão paralela da 10.ª Semana da Responsabilidade Social que decorreu em Lisboa sob a égide da United Nations Global Compact;
- Ainda passível de se integrar nesta temática, em particular se atendermos aos impactos futuros que pode vir a ter no âmbito do governo societário, uma referência à participação activa do IPCG no Fórum CMVM – Mercado de Capitais, cuja composição este Instituto integra, e que tem como objecto a discussão das questões relacionadas com o acesso das empresas, particularmente as de pequena e média dimensão, a fontes de financiamento de mercado.

## 1.4. O conhecimento sobre a realidade que é o governo das sociedades

A missão do IPCG não pode limitar-se ao estudo e aprofundamento das matérias que integram o seu objecto social definido estatutariamente. A divulgação e partilha do conhecimento é, sem hesitações, uma competência que deve ser permanentemente valorizada e assumida como prioritária. Só deste modo esse conhecimento pode transformar-se em instrumento de valorização das boas práticas do governo societário e contribuir para a melhoria do clima económico e social das organizações.

Foi com este propósito em vista que o IPCG promoveu em 2015 múltiplas iniciativas, de entre as quais começáramos por destacar:

- A realização, nesta 5.ª edição em parceria com a Lexdebata, do Programa Anual de Desenvolvimento para Administradores não Executivos, evento que já se impôs na agenda do IPCG como veículo de transmissão de informação e de refrescamento de matérias e questões que continuam a exhibir enorme actualidade;
- A celebração de mais um protocolo de colaboração, agora com o Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, na linha de outros já assinados em anos anteriores e que privilegiam a associação com instituições de ensino superior.

Para além destas, outras acções foram desenvolvidas neste âmbito, assumindo, boa parte delas, a forma de seminários ou conferências. Destas gostaríamos de dar aqui divulgação, começando, com é natural, por aquelas cuja iniciativa e organização couberam ao IPCG:

- Seminário "Corporate Governance: O impacto na reputação e valor da banca", em parceria com a OnStrategy, e em que foram divulgadas conclusões de estudos que apontam para uma correlação forte entre os acontecimentos recentemente ocorridos e a reputação das entidades visadas, como aliás, deixámos assinalado noutra passagem deste Relatório;
- III Conferência "Corporate Governance: Nomeações para os Órgãos de Gestão" em associação com a Stanton Chase, que nesta versão se ocupou das questões da sustentabilidade dos órgãos de gestão e da sucessão no ambiente muito sensível das empresas familiares;

- Sessão de apresentação da "Proposta de princípios e recomendações para o governo societário de Sistemas de Informação" e que se destinou a apresentar as conclusões do Grupo de Trabalho que se vem a ocupando desta matéria e, mais importante, recolheu contributos dos membros filiados do IPCG tendo em vista enriquecer o texto final;

Da iniciativa de terceiros, mas em que o IPCG participou como orador, identificamos:

- Da iniciativa da Câmara do Comércio Luso-Belga-Luxemburguesa, o seminário "Riscos emergentes do *corporate governance* – oportunidades e ameaças dos sistemas de Informação", tendo cabido ao IPCG fazer o enquadramento e moderação do painel que se ocupou do tema "Riscos";
- Numa parceria com a Câmara do Comércio e Indústria portuguesa, a Associação de Empresas Familiares, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, o IPCG e a PwC, a conferência "Empresas familiares – O Desafio do *Governance*", cabendo a Luís Todo Bom fazer, em representação do IPCG, uma intervenção sobre a matéria em debate;
- Organizados pela Lexdebata, com o apoio do IPCG e da ANJAP, os Ciclos *Corporate Governance*, integrando 5 sessões que procuraram percorrer, de uma forma estruturada, todas as áreas do conhecimento em que o governo societário tem intervenção, directa ou indirecta;
- No âmbito do Protocolo celebrado em 2014 com o IPCG, a Alumni Económicas organizou um seminário sobre "*Corporate Governance* e os Sistemas de Informação", ocupando-se Manuel Agria da moderação do debate que se seguiu à apresentação das matérias em questão;
- No cumprimento das funções para que foi eleito no Conselho Consultivo do IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna, o IPCG tem fortalecido as relações institucionais com esta organização e dando-lhes consistência, de que é exemplo a participação na XXII Conferência Anual, com uma intervenção de Paulo Bandeira com o título "*Corporate Governance* – Lições da Crise Financeira".

Para além destes, o IPCG participou, igualmente, em outros eventos onde, para discussão, se agendaram temas conexos com o governo societário, de que salientamos:

- Jornadas do 50.º Aniversário da Associação Fiscal Portuguesa, que tiveram como centro de debate "Reformas Fiscais";

- Conferência "O Governo das Instituições no Pós-Crise", da iniciativa do Governance Lab, e que aproveitou o momento para lançar a sua última obra com o título "Designação de Administradores".

Cabe, ainda, nesta listagem de iniciativas promovidas pelo IPCG em 2015, a cerimónia de lançamento do livro de autoria de Pedro Vicente com o título "Corporate Governance e o Setor Empresarial Público em Portugal – Contributo para um normativo regulador", inserido no âmbito do trabalho que vem sendo desenvolvido com o objectivo de enquadrar o sector público empresarial e empresarial local nos princípios e boas práticas do governo societário.

Não obstante a larga maioria das acções empreendidas respeitar a actividade exercida em Portugal, o IPCG, em obediência a uma linha traçada já há alguns anos, tem alargado o seu espaço de actuação a outras geografias, não só procurando integrar-se em redes supranacionais que representam os interesses dos agentes envolvidos no debate sobre questões de *corporate governance*, mas, em especial, criar laços com entidades congéneres dos países com língua oficial portuguesa, promovendo a cooperação no estudo e desenvolvimento local de modelos de governo societário adequados às realidades aí existentes. Cabem, neste objectivo:

- O reforço dos laços com as demais organizações congéneres do IPCG, caso do ECGI e, mais recentemente, da ecoDa – European Confederation of Directors' Association, estando em estudo a possibilidade de nos filiar-mos nesta última, com quem, aliás, temos vindo a colaborar, como foi o caso do Report on Corporate Governance Compliance and Monitoring Systems across the EU, para cuja realização contribui, em pool com a CMVM e a AEM, com elementos caracterizadores da realidade vivida em Portugal neste domínio;
- A organização, em parceria com o INSEAD e o Centro de Corporate Governance Angolana, da Conferência "Governance in The New World" que decorreu em Luanda em Outubro com a participação de reconhecidos especialistas na matéria, caso do Prof. Ludo Van der Heyden, e assinalável presença de agentes económicos locais;
- Os contactos estabelecidos em Moçambique com dirigentes do Institute of Directors local, com quem se espera, proximamente, desenvolver trabalho conjunto.

## 1.5. A imagem do IPCG: mais e melhor serviço

O reconhecimento do estatuto de parceiro na reflexão sobre as matérias do *corporate governance*, que, sem modéstia, entendemos ser devido ao IPCG, tem merecido atenção por parte da Direcção e situa-se na primeira linha dos seus objectivos programáticos. É verdade que temos vindo a assistir a um crescente envolvimento do Instituto na discussão dos grandes temas transversais à sociedade portuguesa e a participar na avaliação e discussão de soluções de política económica quando, para tanto é confrontado com propostas concretas ou solicitações de colaboração. Mas esta nunca é uma obra acabada e, neste sentido, exige-se continuidade de esforços para reforço da imagem e, em boa parte, este objectivo atinge-se com a qualidade do trabalho desenvolvido e o mérito dos contributos prestados. É óbvio que tal pressupõe que esse trabalho tenha a divulgação que possibilite o conhecimento por parte dos seus destinatários. E essa tendo sido uma preocupação constante consubstanciada na melhoria da eficiência dos serviços, quer internos, quer aqueles a que recorremos do exterior.

Assim promoveu-se:

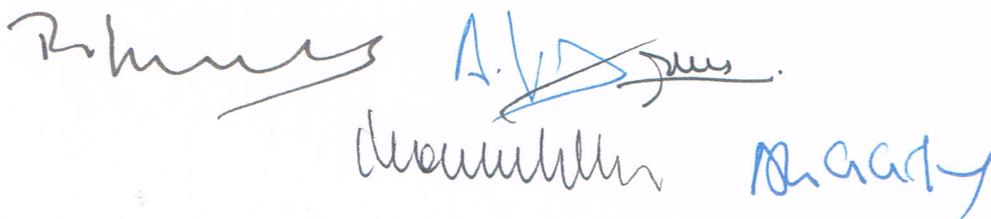
- O reforço das acções que visam uma maior percepção por parte do público, em geral, e dos agentes económicos, em particular, da actividade do IPCG, potenciando os termos da colaboração institucional com a CV&A;
- A captação de novas filiações que permitam uma base mais alargada de associados, com vantagens óbvias no equilíbrio económico e financeiro do Instituto, mas, também, com reflexos na eficácia dos canais de transmissão e suporte de informação, com destaque para a página na internet; os resultados conseguidos em 2015 deixam-nos, neste aspecto, animados com o registo de três novos sócios, pessoas colectivas, e dez novas filiações de pessoas singulares;
- A melhoria dos procedimentos de gestão administrativa do IPCG, com o objectivo de otimizar os ganhos de eficiência, traduzida neste exercício pela renovação do *hardware* e *software* existente.

## 2. Análise Financeira

- O exercício de 2015 apurou um volume total de receitas com origem na quotização dos seus associados de € 85.500,00, cerca de 2% superior ao valor cobrado no exercício anterior, que se havia cifrado em € 83.750,00;
- Ao montante da quotização acrescem outros rendimentos no montante de € 4.115,71 provenientes do patrocínio ao projecto de elaboração do case study sobre o caso BES, no montante de € 3.000,00; de direitos de autor associados à publicação "A Emergência e o Futuro do Corporate Governance em Portugal", no valor de € 75,08; de juros devidos por aplicações de excedentes de tesouraria, de € 890,63; e de receitas de inscrições no seminário "Os riscos Emergentes do Corporate Governance", no valor de € 150,00;
- As despesas administrativas acumulam o valor de € 106.758,51; o aumento verificado relativo ao exercício anterior decorre da deliberação da Direcção de atribuir ao Vice-Presidente Executivo da Direcção um bónus por bom desempenho no montante de € 30.000,00 que, por estar associado ao exercício de 2015, embora apenas pago em 2016, terá que ser imputado ao ano a que respeita; sublinhe-se, contudo, que no momento da deliberação, que aconteceu a 16 de Março de 2016, a Direcção dispunha já de indicadores seguros de que o acréscimo de actividade observado no 1.º trimestre do exercício em curso permitia a concessão do bónus sem pôr em risco a solidez da situação económica e financeira do IPCG;
- Não obstante o referido no ponto anterior, as despesas administrativas apuradas no exercício registaram uma quebra de 2% face ao período homólogo anterior, quando avaliadas em bases comparáveis;
- O resultado líquido apurado no exercício foi negativo, registando o valor de € 25.286,16; contabilizado este resultado, os fundos patrimoniais exibem, em 31 de Dezembro de 2015, a cifra de € 31.374,00;
- Nestes termos, propõe-se que o saldo apurado, no valor de € 25.286,16, seja deduzido ao Fundo Social.

Lisboa, 15 de Junho de 2016

A Direcção



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AM  
L  
A

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2015	31.12.2014
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	1 189,20	868,27
Activos intangíveis	5	455,23	1 729,26
		<b>1 644,43</b>	<b>2 597,53</b>
<b>Activo corrente</b>			
Clientes	6	3 690,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	6-11	42,36	90,39
Estado e outros entes públicos	12	241,45	321,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	6-7	5 200,00	4 800,00
Outras contas a receber	13	400,00	65,69
Diferimentos	8	2 766,71	2 763,86
Caixa e depósitos bancários	9	56 716,88	57 639,64
		<b>69 057,40</b>	<b>65 681,03</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>70 701,83</b>	<b>68 278,56</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos	10	56 660,16	55 388,44
Resultado líquido do exercício	10	-25 286,16	1 271,72
<b>Total dos Fundos patrimoniais</b>		<b>31 374,00</b>	<b>56 660,16</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11	1 206,17	2 323,46
Estado e outros entes públicos	12	2 400,10	3 089,59
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	6	50,00	50,00
Diferimentos	8	0,00	65,69
Outras contas a pagar	13	35 671,56	6 089,66
		<b>39 327,83</b>	<b>11 618,40</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>39 327,83</b>	<b>11 618,40</b>
<b>Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo</b>		<b>70 701,83</b>	<b>68 278,56</b>

O Contabilista Certificado  
N.º 38933

A Direcção

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

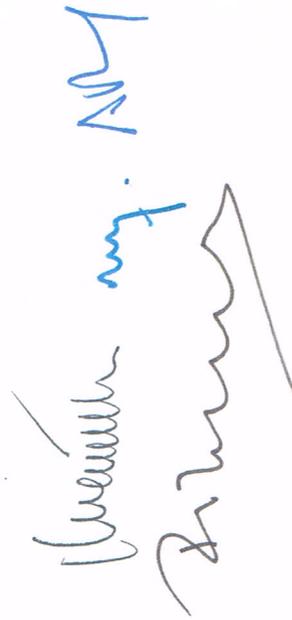
Unidade monetária: Euros

	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2015	2014
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
(+) Vendas e serviços prestados	6-14	85 500,00	83 750,00
(-) Fornecimentos e serviços externos	15	-45 103,12	-58 323,65
(-) Gastos com pessoal	16	-61 655,39	-17 208,80
(-/+ ) Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	-3 000,00	-2 375,00
(+) Outros rendimentos e ganhos	17	4 115,71	6 239,51
(-) Outros gastos e perdas	18	-2 601,01	-8 253,44
=		<b>-22 743,81</b>	<b>3 828,62</b>
(-/+ ) Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-2 466,00	-2 327,93
=		<b>-25 209,81</b>	<b>1 500,69</b>
=		<b>-25 209,81</b>	<b>1 500,69</b>
(-/+ ) Imposto sobre o rendimento do exercício	4	-76,35	-228,97
=	10	<b>-25 286,16</b>	<b>1 271,72</b>
		<b>Resultado líquido do exercício</b>	

O Contabilista Certificado  
N.º 38933



A Direcção

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

Unidade monetária: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE		
		Fundo Social	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2014</b>	10	<b>63 036,21</b>	<b>-7 647,77</b>	<b>55 388,44</b>
<b>ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO</b>				
Aplicação dos resultados de 2013		-7 647,77	7 647,77	-
		-7 647,77	7 647,77	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>			<b>1 271,72</b>	<b>1 271,72</b>
<b>POSICÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2014</b>	10	<b>55 388,44</b>	<b>1 271,72</b>	<b>56 660,16</b>
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2015</b>	10	<b>55 388,44</b>	<b>1 271,72</b>	<b>56 660,16</b>
<b>ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO</b>				
Aplicação dos resultados de 2014		1 271,72	-1 271,72	-
		1 271,72	-1 271,72	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>			<b>-25 286,16</b>	<b>-25 286,16</b>
<b>POSICÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2015</b>	10	<b>56 660,16</b>	<b>-25 286,16</b>	<b>31 374,00</b>

O Contabilista Certificado  
N.º 38933



A Direcção



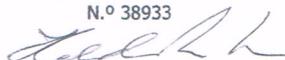


DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

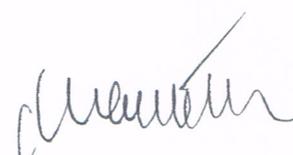
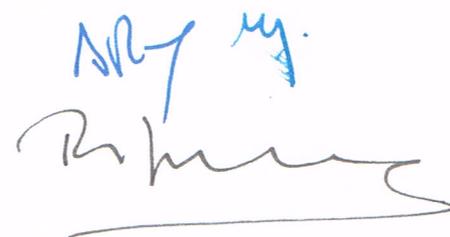
Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2015	2014
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		80 944,31	80 715,69
Pagamentos a fornecedores		-49 127,57	-66 058,02
Pagamentos ao pessoal		-32 075,72	-16 443,11
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-258,98</b>	<b>-1 785,44</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-148,98	712,01
Outros recebimentos/pagamentos		998,10	4 936,52
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>590,14</b>	<b>3 863,09</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-981,54	-
Activos intangíveis		-531,36	-
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-1 512,90</b>	<b>0,00</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-922,76</b>	<b>3 863,09</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	9	57 639,64	53 776,55
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	9	56 716,88	57 639,64

O Contabilista Certificado  
N.º 38933



A Direcção

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

31.DEZEMBRO.2015

(Valores expressos em Euros)

## INTRODUÇÃO

O Instituto Português de Corporate Governance (Instituto) é uma Associação fundada em 15 de Junho de 2004 e tem como objecto estatutário a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance podendo para o efeito desenvolver todas as actividades adequadas a tal fim.

## NOTA 1 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (adiante designado por "NCRF") e normas interpretativas, aplicáveis no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

## NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade da actividade, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, de acordo com as NCRF.

### b) Especialização dos exercícios

O Instituto Português de Corporate Governance segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento.

### c) Activos fixos tangíveis e activos intangíveis

Os activos fixos tangíveis e activos intangíveis estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações e amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações e amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por referência ao início do exercício em que os activos estão disponíveis para utilização, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada.

As taxas de depreciação e amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

	Anos de vida útil
Programas de computador	1 a 3
Equipamento administrativo	1 a 8

### d) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros do Instituto são mensurados ao custo ou ao custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada, usando o método da taxa efectiva, de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Estão incluídos nesta categoria:

- 1- Os Clientes e Sócios, mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade;
- 2- Caixa e depósitos bancários, incluindo depósitos à ordem e a prazo, são mensurados ao custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal;
- 3- Outros activos financeiros, incluindo “Estado e Outros Entes Públicos” e “Outras contas a receber” mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal; e
- 4- Outros passivos financeiros, incluindo “Outras contas a pagar”, mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal.

Os activos financeiros são sujeitos a testes de apuramento de perdas por imparidade em cada data de relato. Os activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

As quotas com quatro ou mais anos em atraso são integralmente provisionadas, sendo as perdas por imparidade registadas na rubrica “Perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e se essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidades de dívidas a receber”.

#### e) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes sobre o rendimento (IRC) são calculados de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, tendo em consideração o enquadramento jurídico e legal atribuído ao Instituto Português de Corporate Governance.

#### NOTA 3 - VOLUME DE EMPREGO

Durante os exercícios de 2015 e 2014 o Instituto Português de Corporate Governance teve ao seu serviço um empregado administrativo.

#### NOTA 4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), o Instituto Português de Corporate Governance configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (Artigo 54º, nº 3 do CIRC).

As declarações fiscais ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

O IRC foi calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis em vigor. De acordo com o número 3 do Artigo 11º do CIRC, foram considerados como rendimentos sujeitos a tributação os rendimentos suplementares resultantes da venda de publicações e dos juros obtidos de depósitos a prazo.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

2/10

## NOTA 5 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e activos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações e amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2015

	Activos fixos Tangíveis	Activos Intangíveis
<b>Activos</b>		
Saldo inicial	5.514,13	8.582,30
Aquisições	981,54	531,36
<b>Saldo final</b>	<b>6.495,67</b>	<b>9.113,66</b>
<b>Depreciações e amortizações acumuladas</b>		
Saldo inicial	4.645,86	6.853,04
Depreciações e amortizações do exercício	660,61	1.805,39
<b>Saldo final</b>	<b>5.306,47</b>	<b>8.658,43</b>
<b>Activos líquidos</b>	<b>1.189,20</b>	<b>455,23</b>

2014

	Activos fixos Tangíveis	Activos Intangíveis
<b>Activos</b>		
Saldo inicial	5.514,13	8.582,30
Aquisições	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>5.514,13</b>	<b>8.582,30</b>
<b>Depreciações e amortizações acumuladas</b>		
Saldo inicial	4.121,44	5.049,53
Depreciações e amortizações do exercício	524,42	1.803,51
<b>Saldo final</b>	<b>4.645,86</b>	<b>6.853,04</b>
<b>Activos líquidos</b>	<b>868,27</b>	<b>1.729,26</b>

## NOTA 6 - DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2015, os movimentos de dívidas de terceiros, excluindo perdas por imparidade, apresentavam-se da seguinte forma:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:				
Clientes	-	3.690,00	-	3.690,00
Adiantamentos a fornecedores	90,39	-	(48,03)	42,36
Sócios:				
. Jóias e quotas (Nota 14)	20.750,00	85.500,00	(89.225,00)	17.025,00
	<b>20.840,39</b>	<b>89.190,00</b>	<b>(89.273,03)</b>	<b>20.757,36</b>

O saldo da rubrica "Clientes" é referente ao valor a receber da PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, no âmbito do "Research Study on the Downfall of Banco Espírito Santo" (Nota 17).

Em 31 de Dezembro de 2014, os movimentos de dívidas de terceiros, excluindo perdas por imparidade, apresentavam-se da seguinte forma:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Cobranças	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:				
Adiantamentos a fornecedores	117,46	-	(27,07)	90,39
Sócios:				
. Jóias e quotas (Nota 14)	17.650,00	83.750,00	(80.650,00)	20.750,00
	<b>17.767,46</b>	<b>83.750,00</b>	<b>(80.677,07)</b>	<b>20.840,39</b>

A rubrica de "Sócios" pode ser apresentada como segue:

Detalhe	2015	2014
<b>Jóias e quotas:</b>		
. Ano 2007	225,00	1.650,00
. Ano 2008	525,00	1.800,00
. Ano 2009	825,00	2.175,00
. Ano 2010	1.725,00	3.075,00
. Ano 2011	1.550,00	2.800,00
. Ano 2012	1.850,00	2.150,00
. Ano 2013	2.100,00	2.400,00
. Ano 2014	3.150,00	4.700,00
. Ano 2015	5.075,00	-
	<b>17.025,00</b>	<b>20.750,00</b>
Imparidade acumulada (Nota 7)	<b>(11.825,00)</b>	<b>(15.950,00)</b>
<b>Total</b>	<b>5.200,00</b>	<b>4.800,00</b>

As jóias e quotas relativas aos anos de 2015 e 2014 no valor de 5.075 Euros e 4.700 Euros incluem 50 Euros, relativos a adiantamentos de sócios por conta de quotas futuras.

#### NOTA 7 - IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Instituto tem reconhecidas perdas de imparidade para dívidas a receber de sócios no montante de 11.825,00 Euros e 15.950,00 Euros, respectivamente, considerando a antiguidade das quotas em dívida, tal como segue:

**Imparidade de dívidas a receber em 31 de Dezembro de 2015:**

Anos	Saldo Inicial	Movimento		Saldo Final
		Reforço	Utilizações	
2007	1.650,00	-	(1.425,00)	225,00
2008	1.800,00	-	(1.275,00)	525,00
2009	2.100,00	75,00	(1.350,00)	825,00
2010	3.000,00	-	(1.350,00)	1.650,00
2011	2.700,00	-	(1.250,00)	1.450,00
2012	1.650,00	450,00	(300,00)	1.800,00
2013	1.550,00	450,00	(250,00)	1.750,00
2014	1.500,00	450,00	(150,00)	1.800,00
2015	-	1.900,00	(100,00)	1.800,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.950,00</b>	<b>3.325,00</b>	<b>(7.450,00)</b>	<b>11.825,00</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 foi efectuada a utilização de perdas por imparidade para dívidas a receber de sócios no montante de 7.450,00 Euros, dado tratarem-se de dívidas de saldos com ex-sócios e que se encontravam integralmente provisionadas.

**Imparidade de dívidas a receber em 31 de Dezembro de 2014:**

Anos	Saldo Inicial	Movimento		Saldo Final
		Reforço	Redução	
2007	1.650,00	-	-	1.650,00
2008	1.800,00	-	-	1.800,00
2009	2.100,00	-	-	2.100,00
2010	3.075,00	75,00	(150,00)	3.000,00
2011	2.400,00	400,00	(100,00)	2.700,00
2012	1.300,00	450,00	(100,00)	1.650,00
2013	1.250,00	400,00	(100,00)	1.550,00
2014	-	1.500,00	-	1.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>13.575,00</b>	<b>2.825,00</b>	<b>(450,00)</b>	<b>15.950,00</b>

**NOTA 8 – DIFERIMENTOS – ACTIVO E PASSIVO**

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas têm a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Rendas e alugueres	1.693,42	1.693,42
Conservação e reparação	691,88	691,88
Serviços especializados	348,40	348,40
Seguros	33,01	30,16
<b>TOTAL VALORES ACTIVOS</b>	<b>2.766,71</b>	<b>2.763,86</b>
Direitos de Autor	-	65,69
<b>TOTAL VALORES PASSIVOS</b>	<b>-</b>	<b>65,69</b>

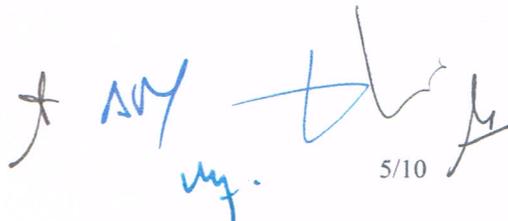
**NOTA 9 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Caixa	66,30	107,17
Depósitos à ordem	11.650,58	12.532,47
Depósitos a prazo	45.000,00	45.000,00
<b>Total dos depósitos bancários</b>	<b>56.716,88</b>	<b>57.639,64</b>
<b>TOTAL</b>	<b>56.716,88</b>	<b>57.639,64</b>

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Depósitos a prazo” corresponde a dois depósitos a prazo contratados junto do Millennium bcp nos montantes de 30.000,00 Euros e 15.000,00 Euros, remunerados às taxas de juro anual de 0,6% e 0,25%, sendo os seus vencimentos em Outubro e Fevereiro de 2016, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Depósitos a prazo” correspondia a dois depósitos a prazo contratados junto do Millennium bcp nos montantes de 30.000,00 Euros e 15.000,00 Euros, remunerados às taxas de juro anual de 2,5% e 0,75%, sendo os seus vencimentos em Outubro e Fevereiro de 2015, respectivamente.

  
 5/10

## NOTA 10 - FUNDO SOCIAL

O movimento no Fundo Social é apresentado na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

O Fundo Social é constituído pelos resultados de exercícios anteriores, correspondendo essencialmente às jóias e quotas de associados deduzidos dos custos do Instituto Português de Corporate Governance. De seguida é apresentada a sua evolução por anos:

Descrição	Valor
Constituído no Exercício de 2004	1.300,00
Constituído no Exercício de 2005	20.281,72
Constituído no Exercício de 2006	30.032,90
Constituído no Exercício de 2007	46.135,61
Constituído no Exercício de 2008	(9.128,22)
Constituído no Exercício de 2009	7.470,39
Constituído no Exercício de 2010	2.711,10
Constituído no Exercício de 2011	(40.479,65)
Constituído no Exercício de 2012	4.712,36
Constituído no Exercício de 2013	(7.647,77)
Constituído no Exercício de 2014	1.271,72
<b>Total dos Fundos patrimoniais</b>	<b>56.660,16</b>
Resultado líquido do exercício de 2015	(25.286,16)
	<b>31.374,00</b>

## NOTA 11 - FORNECEDORES – ACTIVO E PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
CTT Correios Portugal	42,36	90,39
<b>TOTAL VALORES ACTIVOS</b>	<b>42,36</b>	<b>90,39</b>
Cunha Vaz & Associados	615,00	615,00
Angulo Sólido Serviços	348,40	348,40
Check People Staff, Lda.	221,40	-
Eden Springs Portugal, S.A.	21,37	6,15
Egor – Empresa de Trabalho Temporário, Lda.	-	1.206,31
Simbolomania – Artes Gráficas, Lda.	-	147,60
<b>TOTAL VALORES PASSIVOS</b>	<b>1.206,17</b>	<b>2.323,46</b>

## NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS – ACTIVO E PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Retenções na fonte	241,45	309,45
Pagamentos por conta	-	12,00
IRC – Autoliquidação	-	-
<b>TOTAL VALORES ACTIVOS</b>	<b>241,45</b>	<b>321,45</b>

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Descrição	2015	2014
Contribuições Segurança Social	945,72	1.371,29
Retenção IRS Trabalho Dependente	534,00	1.063,00
IVA – a pagar	417,70	-
Retenção IRS Prediais	351,33	351,33
Retenção IRS Trabalho Independente	75,00	75,00
IRC – Autoliquidação	70,16	210,41
Derrama	6,19	18,56
<b>TOTAL VALORES PASSIVOS</b>	<b>2.400,10</b>	<b>3.089,59</b>

**NOTA 13 – OUTRAS CONTAS – ACTIVO E PASSIVO**

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Outros acréscimos de rendimentos	400,00	-
Edições Almedina, S.A	-	65,69
<b>TOTAL VALORES ACTIVOS</b>	<b>400,00</b>	<b>65,69</b>
Outros custos a pagar	33.473,32	3.473,32-
Deslocações e estadas	1.664,00	-
Remunerações a pagar	534,24	-
Trabalhos especializados	-	2.616,34
<b>TOTAL VALORES PASSIVOS</b>	<b>35.671,56</b>	<b>6.089,66</b>

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Outros acréscimos de rendimentos” corresponde ao valor de quotas de 2015, que foram facturadas em 2016.

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Outros custos a pagar” corresponde, essencialmente à atribuição ao Vice-Presidente Executivo da Direcção, relativamente ao exercício de 2015 e sem carácter de regularidade, de um bónus por bom desempenho, na forma de um “lump sum” no valor de 30.000,00 Euros (Nota 16), tendo sido liquidado em Abril de 2016.

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Remunerações a pagar” corresponde ao valor a pagar ao Vice-Presidente Executivo da Direcção, por despesas incorridas com a utilização da viatura própria em actividades do Instituto.

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Deslocações e estadas” corresponde ao valor estimado de despesas de transporte aéreo, entre França e Portugal a incorrer no âmbito do “Research Study on the Downfall of Banco Espírito Santo”.

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Trabalhos especializados” correspondia ao valor em dívida à Egor – Empresa de Trabalho Temporário, Lda pela contratação de um funcionário em regime de trabalho temporário.

**NOTA 14 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Quotizações (Nota 6)	85.500,00	83.750,00
<b>TOTAL</b>	<b>85.500,00</b>	<b>83.750,00</b>

**NOTA 15 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Rendas e Alugueres	20.321,04	20.205,04
Trabalhos especializados		
Cunha Vaz & Associados	7.380,00	7.380,00
Angulo Sólido Serviços	4.180,80	4.149,13
Forletter, S.A.	336,38	-
Check People Staff, Lda.	211,05	387,45
Câmara de Comércio Luso-Belga-Luxemburguesa	120,00	-
Egor – Empresa de Trabalho Temporário, Lda.	-	15.677,58
Deslocações e Estadas	4.684,36	680,04
Reuniões Conferências (Org. Eventos)	3.179,12	3.167,80
Conservação e Reparação	1.355,44	789,50
Honorários:		
Hélder Pinhão	1.200,00	1.200,00
Rui Magalhães	-	1.200,00
Carla Damas	-	75,00
Comunicação:		
Telefone	516,29	643,29
Correio	235,04	578,77
Material de Escritório	721,62	1.181,82
Limpeza, Higiene e Conforto	425,35	363,22
Outros Serviços	216,35	298,65
Livros e Documentação Técnica	16,98	-
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	3,30	-
Publicidade e Propaganda	-	319,80
Vigilância e Segurança	-	26,56
<b>TOTAL</b>	<b>45.103,12</b>	<b>58.323,65</b>

A variação verificada em 2015 na rubrica “Deslocações e Estadas” deve-se essencialmente com o ressarcimento das despesas em que o Vice-Presidente Executivo da Direcção incorre em actividades do Instituto.

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Trabalhos especializados – Egor – Empresa de Trabalho Temporário, Lda.” correspondia ao custo pela contratação de um funcionário em regime de trabalho temporário. O saldo da rubrica “Honorários – Rui Magalhães” corresponde ao custo da contratação de trabalho administrativo.

## NOTA 16 - GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Remunerações para prémio de desempenho (Nota 13)	30.000,00	-
Remunerações com pessoal	19.935,28	10.874,13
Encargos patronais para a Segurança Social	4.116,58	2.311,61
Remunerações dos órgãos sociais	3.678,84	-
Remunerações para férias e subsídio de férias (Nota 13)	3.473,32	3.473,32
Seguro para Acidentes de Trabalho	220,60	203,16
Higiene, Segurança no Trabalho	98,40	231,24
Medicina no Trabalho	70,87	61,34
Formação Pessoal	61,50	-
Festas Confraternização e Natal	-	54,00
<b>TOTAL</b>	<b>61.655,39</b>	<b>17.208,80</b>

Conforme aprovado em Acta da Direcção de 16 de Março de 2016, o Instituto atribuiu ao Vice-Presidente Executivo da Direcção, relativamente ao exercício de 2015 e sem carácter de regularidade, um bónus por bom desempenho, na forma de um “lump sum” no valor de 30.000,00 Euros.

O aumento verificado na rubrica “Remunerações com pessoal” resulta do termo da licença de parentalidade da colaboradora do Instituto.

Conforme aprovado em Acta da Direcção de 26 de Maio de 2015, o Instituto passou a suportar a partir de 1 de Janeiro de 2015 as despesas do Vice-Presidente Executivo da Direcção pela utilização da viatura própria em actividades do Instituto.

## NOTA 17 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Patrocínios	3.000,00	-
Juros obtidos de depósitos	890,63	1.012,50
Inscrições de Congressos, Colóquios, Conferências, Seminários	150,00	-
Direitos de Autor	75,08	225,24
Prémio Damião Góis	-	5.000,00
Outros não especificados	-	1,77
<b>TOTAL</b>	<b>4.115,71</b>	<b>6.239,51</b>

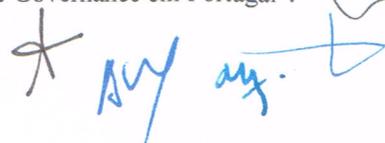
Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Patrocínios” corresponde ao valor a pagar pela PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, no âmbito do “Research Study on the Downfall of Banco Espírito Santo” (Nota 6).

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Inscrições de Congressos, Colóquios, Conferências, Seminários” corresponde ao valor recebido de inscrições no Seminário do IPCG “Os riscos Emergentes do Corporate Governance”.

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Direitos de Autor” corresponde ao valor recebido das Edições Almedina, S.A. das vendas da Obra “A Emergência e o Futuro do Corporate Governance em Portugal”.

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Prémio Damião Góis” correspondia ao valor recebido da Câmara de Comércio Portugal-Holanda e da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Lisboa nos montantes de 4.000 Euros e 1.000,00 Euros, respectivamente, equivalente ao valor pecuniário do Prémio no âmbito da parceria estabelecida entre aquelas entidades e o Instituto.

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Direitos de Autor” correspondia ao valor recebido das Edições Almedina, S.A. das vendas da Obra “A Emergência e o Futuro do Corporate Governance em Portugal”.

 9/10 

## NOTA 18 - OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Quotizações	2.000,00	2.000,00
Dívidas Incobráveis	325,00	375,00
Impostos	276,00	862,04
Insuficiência da estimativa para impostos	0,01	16,40
Donativos	-	5.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.601,01</b>	<b>8.253,44</b>

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Donativos” correspondia ao “Prémio Damião de Góis” atribuído à Associação “Mundo a sorrir”.

## NOTA 19 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Direcção em 15 de Junho de 2016.

## NOTA 20 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2015, e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes susceptíveis de serem mencionados.

Lisboa, 15 de Junho de 2016

O Contabilista Certificado n.º 38933

A Direcção